

ENTR
JOSÉ SI

“VOCÊ TEM UM ESCRAVO DAR AULA NO SEU LUGAR”,



*Entrevista a Pedro Estevam da Rocha Pomar
e Tatiane Klein, com fotos de Daniel Garcia*

REVISTA
QUEIRA

QUE A FIA CONTRATA PARA DENUNCIA DOCENTE DA FEA

Professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-USP) desde 1990, José de Oliveira Siqueira atuou paralelamente na Fundação Instituto de Administração (FIA) até 2003, quando desligou-se desta entidade privada por discordar do que chama de “lavagem de diplomas” por meio dos MBAs. Desde então, Siqueira vem sofrendo retaliações e assédio moral no Departamento de Administração (EAD) da FEA: perdeu seus cargos em comissão, as disciplinas que lecionava na pós-graduação e também seus orientandos.

Em 2008, ele denunciou a existência de um esquema ilegal, institucionalizado no EAD em 2006, mediante o qual dirigentes e coordenadores de projetos da FIA liberavam-se de suas obrigações funcionais na USP, sendo substituídos nas salas de aula por “professores-bolsistas” contratados e remunerados pela própria FIA. A denúncia foi comprovada por uma Comissão Sindicante, a qual, contudo, não colheu depoimentos dos professores envolvidos e não recomendou punições.

Nesta entrevista, Siqueira (que foi técnico e, depois, coordenador de projetos da FIA) relata os métodos utilizados pela fundação privada e o modo como ela controla hoje a instituição pública: “Quanto mais grana você gerou, mais bem visto você é e mais poderoso você é. Na verdade, eles só trocam de posições entre FIA e FEA. Eles fazem rodízio, mantêm tudo controlado”, resume o professor

Revista Adusp - Vamos ao fato gerador.

José Siqueira - Em 2003 aconteceu o fato gerador, o divisor de águas entre a paz que reinava antes no sistema de professor empregado-professor patrão. Eu assumi, em 2002, a vice-coordenação do MBA de Finanças Empresariais da FIA. Eu não me impressionei com esse cargo, mas gera um sinal de ascensão. E os MBAs estavam ascendendo nessa época. Eu funcionava como um coordenador, ganhava meus trocadinhos a mais e sempre pedi autorização para a Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT). Estava intrigado com uma questão, que é a do diploma que a gente estava fornecendo para o aluno. Em função disso estava o conteúdo do curso e o processo seletivo. O primeiro passo foi descobrir o diploma: qual era a cara do diploma, o que é que vinha escrito no diploma. O que é que a gente estava vendendo por R\$ 30 mil para cada candidato? Foi uma dificuldade! Vocês não acreditam. Tive que vasculhar, pedir, implorar, ir atrás, e ninguém dava isso. Não desisti. Demorei meses, dois, três meses para conseguir esse diploma. Eis que, eu não lembro mais como, consegui ver.

Revista Adusp – Fisicamente?

JS – Fisicamente. Porque diziam as coisas mais diferentes, cada um tinha uma versão para o dito cujo. Minha dúvida era a seguinte: eu estou vendendo um diploma USP ou estou vendendo um diploma FIA? Estou vendendo um negócio por R\$ 30 mil e não sei o que estou vendendo? Não faz sentido. Mo-

ral da história: o que vocês acham que era? USP. Um diploma de um curso de pós-graduação *latu sensu* USP. Simplesmente. Trezentas e sessenta horas, com R\$ 30 mil você levava. Eu, como envolvido no processo de coordenação, sempre falei e vou continuar falando que os MBAs são modos de lavar diploma de gente que fez faculdade de segunda ou terceira linha — que paga para lavar diploma na USP. Para mim é uma atividade de lavar o diploma. Só que eu não vou lavar

“O resumo de tudo o que aconteceu de 2003, 2004 até hoje foi assédio moral. É uma forma de ir minando todas as minhas possibilidades de atividade para me alijar do processo político, docente, de pesquisa. E feito com inteligência, sabedoria e maldade”

o diploma dos outros vendendo um diploma USP. Isso me causou um dilema existencial: “Não vou vender diploma para lavarem os diplomas deles”. Pedi demissão da FIA — formal, por escrito — e exigi que o presidente me desse por escrito um documento que dissesse que em 2003 eu não estaria fazendo mais parte da FIA. Queria que tirassem meu nome de tudo, porque não compactuava mais com isso. Só que eu também tomei outra decisão: a de ser um RDIDP puro.

Eu quis testar um conceito. Já que eu não fazia mais parte da fundação, deixa eu ver até onde leva ser um RDIDP puro. Isso em 2003. Eu já tenho alguns resultados dessa tese. Por que pedi demissão? Porque aconteceu um fato anterior, fundamental, que me permitiu fazer isso sem ser demitido da FEA, da USP. Eu fiz o concurso de efetivação no cargo de professor doutor. Demorei 13 anos para ser efetivado. Quando me efetivei, senti: é carta de alforria. Agora estou livre para tomar a minha decisão de vida. Deixei de ser “precário”. Com a segurança de ter um emprego, tomei a decisão de romper relações com a fundação. Em silêncio. Não acusei ninguém, fiquei na minha, quietinho. Só pedi para sair e para tirarem meu nome de tudo quanto fosse: site, foto, divulgação. Mas isso foi fundamental: passei em um concurso.

Revista Adusp – O sr. passou a não depender mais deles.

JS– Só que eu tinha sido reprovado em 2000 e corri o risco de ser reprovado novamente em 2003. Porque, já naquela época, eu contestava várias coisas publicamente, o que me levou a não ser efetivado no cargo no primeiro exame. Foi uma pantomima administrativa. Eles puseram quem eles queriam, literalmente, [candidatos] ligados à fundação: os amigos, os partidários. Eu não era já naquela época um partidário muito convicto, pelo contrário. E o que é que começou a haver? Retaliações. Isto é: assédio moral. Estudei o que é assédio moral. O resumo de tudo o que aconteceu de 2003, 2004 até hoje, foi assédio moral.

É uma forma de ir minando todas as minhas possibilidades de atividade para me alijar do processo político, docente, de pesquisa. E feito com inteligência, sabedoria e maldade. Não querem saber de RDIDP puro, é um mau exemplo. Não pode existir essa figura: ela é inviável e não pode existir. Porque contrariaria todos os dogmas que eles têm com relação à atividade docente. Eles acham que a USP está errada: administra mal as carreiras e administra mal as unidades. E os banheiros são sujos — os banheiros deles são os melhores do mundo. Estou falando sério! Pode parecer uma piada, mas é argumento sério. Eles julgam a qualidade docente, a qualidade de pesquisa, a qualidade da USP pelo banheiro. Patético.

Historicamente a FEA é uma unidade provinciana, em termos de pesquisa e docência. É centrada em si mesma, no umbigo; não tem conexões internacionais; não publica internacionalmente; a [nota] “6” da Capes é uma mentira, em mestrado e doutorado. Só que eles precisam não ser piores que a FGV, a UFRGS etc. Eles eram “4” e passaram para “6” direto. Não existe isso, sem publicar internacionalmente. Eles não são internacionalizados. Aí começam as reações em cadeia, vira uma fábrica de mentiras. Onde começa essa fábrica de mentiras? Nos relatórios, nas classificações indevidas de professores em status que eles não deveriam ter. Tudo para valer mais pontos. Contar publicações, estimular financeiramente publicações, dar prêmio em dinheiro.

Porque é assim: a fundação arrecada, faz a receita dela, e uma parte,

4% ou 5%, vai para o Departamento de Administração, que depois distribui, em forma de prêmios, para os docentes. Aí começa o seguinte: a fábrica de produção. O professor começa a obrigar o aluno a produzir artigos com ele nas disciplinas, o que, para mim, é antiético. Quem tem que produzir é docente. Não vá obrigar aluno a produzir com ele. Isso é problema do docente! Então surgem desvios de conduta. E não há internacionalização do corpo do-

“Pedi afastamento com prejuízo de vencimentos por dois anos. Consegui um contrato com a editora americana John Wiley & Sons, para escrever um livro com um professor renomado da NYU. Precisava desse tempo, aleguei isso no pedido. Pedi em novembro, negaram em março”

cente, evidentemente. Não fazem pós-doutorado, não têm bolsa Capes, nem Fapesp, nem CnPQ. Coisas que fogem à compreensão. Se a Capes acredita nisso, quem sou eu...? Mas vendo lá, vivendo lá, vejo essas contradições. Existe uma aparência de ser científico, para ficar em uma nota boa, para ser melhor do que os concorrentes, para manter a fama. Por outro lado, existe apoio nenhum ao pesquisador. Parece uma contradição, mas é o fato. Quem realmen-

te quer fazer pesquisa “inútil”, não atrelada a projetos da fundação, não recebe apoio. Não tem um projeto de apoio ao pesquisador RDIDP puro.

Porque é discricionário o uso do recurso que vem da FIA para o departamento. O Chefe do Departamento usa o dinheiro como ele bem entende. Não existe um projeto e ele não presta contas a ninguém. E quando eu pedi transparência, me ameaçaram de processo. E é da ordem de milhão de reais, por ano. Não sei como conseguem gastar esse dinheiro e onde. É um mistério. Mas esse é só um detalhe técnico.

Ao longo do tempo fui perdendo tudo: orientandos, disciplinas de graduação, disciplinas de pós, cargos em comissão, o que é que dá para perder mais? Coordenação da área de MQI, uma subárea do Departamento de Administração. Eu era coordenador e fui alijado, tirado, deposto. Tudo isso foi depois de 2004 e 2005. Então estou sem orientandos atualmente. Sendo que todos têm.

Revista Adusp – O sr. é credenciado na pós?

JS – Este ano conseguiram terminar com chave de ouro: impedir os meus recredenciamentos. Tanto para orientar, quanto para ministrar aulas de pós-graduação. Foi o golpe final. Como é que eles fazem? Não decidem. Nessa reunião não decidem, na outra não decidem etc. Chega o final do ano, que é a distribuição dos orientandos, eu não posso, porque não se sabe minha situação. Eu fico pedindo reiteradamente explicações e ninguém responde. É o silêncio. Então adotaram a estratégia do “não decide”,

silêncio e atos secretos. Do tipo: sou reclassificado, mas sem justificativa, em níveis cada vez mais inferiores, para não poder orientar, não poder lecionar na pós-graduação. Dessa forma, eu não consigo cumprir os meus deveres. O que é que eu estou imaginando? Que eles querem, na verdade, fazer com que eu não consiga fazer nada durante um certo tempo, para pedirem a minha retirada do regime de RDIDP.

Revista Adusp – Primeiro criam uma situação em que inviabilizam a sua atividade. Depois dizem: “Olha, ele não faz”.

JS – As coisas estão caminhando para isso. No meio disso tudo, surgiu outro fato gerador. Eu tinha pedido um afastamento, fiz um pós-doutorado em 2007. Em 2007 mesmo voltei — com bolsa Fapesp, tudo direitinho. Quando voltei, entrei logo com um pedido de afastamento com prejuízo de vencimentos. Dois anos sem ganhar um trocado, porque eu estava estourado financeiramente — por conta desse pós-doutorado em Nova Iorque. Eu tinha que voltar e me recuperar psicologicamente e financeiramente, e consegui um contrato para escrever um livro com a editora americana John Wiley & Sons, com um professor renomado da Universidade de Nova Iorque (NYU). Eu precisava de um ano para escrever o livro, sem aula, sem nada, porque era o projeto da minha vida escrever um livro pela John Wiley e com uma pessoa tão importante. É a editora mais antiga americana e a mais importante na minha área. Então seria o livro da minha redenção, em termos de transcender o nível nacional.

Revista Adusp – Nessa área de Métodos Quantitativos?

JS – Finanças quantitativas. Com um professor da NYU, que é uma sumidade no assunto.

Revista Adusp – Qual é o nome desse co-autor?

JS – Marco Avellaneda, professor da NYU. Ele é o meu patrono quando estou lá. E esse instituto, em que fiquei, é o melhor do mundo na área de matemática aplicada. É um centro de excelência. Eu estava jogando tudo nisso. Precisava desse tempo, aleguei isso no meu pedido de afastamento. Sem remuneração por dois anos. Você faz por dois anos, mas pode pedir reintegração a qualquer momento. Então, assim que acabasse o livro, eu voltaria. Só que eu tinha outro livro para entregar para a [Editora] Saraiva, um livro de graduação. Eu tinha dois projetos: o livro internacional e o livro nacional, que estou escrevendo ainda pela Saraiva. Com o contrato assinadinho. E eu já tinha recebido metade dos adiantamentos de direitos autorais. Negaram o pedido: pedi em novembro, me negaram em março.

Revista Adusp – Março de que ano?

JS – De 2008. Demoraram quatro meses para julgar e indeferiram, dizendo que faltava professor. Só que eles não podiam ter negado. Porque eu também aleguei motivos pessoais. Negaram. Pedi de novo. Em maio aceitaram. Só que em maio; inviabilizou tudo. Aí tive que cancelar, porque em sete meses a situação mudou, não dava mais. Claramente

me prejudicaram, porque o *timing* já estava todo errado. Aí me atribuíram uma disciplina a mais no segundo semestre, porque eu tinha feito pedido de afastamento. Sendo que eu tinha dado as aulas no primeiro semestre, continuei lecionando normalmente. Mas aí me atribuíram mais uma disciplina em julho, na iminência do segundo semestre — me castigaram por escrito, por eu ter pedido afastamento. Aquilo me deixou possesso. Aquilo foi a gota d’água para mim. Por quê? Porque desde 2006 eu estava lutando para que o Departamento parasse de utilizar professor substituto, “professor-bolsista” no lugar de professores regulares. Em 2006, o Conselho do Departamento, na reunião 130, de dezembro, criou uma resolução que permitia que professores sem concurso público dessem aula no lugar de professores concursados. O conselho criou uma norma inconstitucional.

Revista Adusp – Sem concurso público e sem processo seletivo também?

JS – Seria criada uma comissão da FIA para selecionar, e os recursos para pagar esse “professor-bolsista” também viriam da FIA, não da FEA.

Revista Adusp – E a contratação se dá pela FIA ou pela FEA?

JS – Pela FIA. Um contrato com a FIA. São professores da FIA para dar aula na USP.

Revista Adusp – Para dar aula na USP? Igual à Faepa, de Ribeirão Preto.

JS – O pessoal copia o que é bom, né? Fiz todo esse preâmbulo

para chegar nesse ponto. As coisas já estavam indo por um caminho complicado, quando eu percebi que isso era inconstitucional, em 2006, quando eles já praticavam, mas regulamentaram essa prática. Foram três anos. Por que pararam? Porque eu abri um processo de sindicância. Tive que fazer isso.

Revista Adusp – Na própria FEA?

JS – Contra o Departamento, mas via Direção. Tem que ir para o diretor, ele faz o processo para o Departamento. Foram mais de 10 professores envolvidos nisso.

Revista Adusp – Como é que funcionava?

JS – Eu demorei três anos para entender. É um sistema complexo, velado, e eu ia atrás das pessoas para perguntar o que era. Cada um dava uma versão diferente. Mas depois de um certo tempo as coisas fizeram nexos. Eu vou enunciar primeiro um princípio, que vigora para entender tudo que está sendo feito lá: você tem que premiar os docentes que prestaram bons serviços à FIA. O que são bons serviços? *Overhead* gerado pelas receitas. Grana. Quanto mais grana você gerou, mais bem visto você é e mais poderoso você é. Na verdade, o que acontece lá é assim: eles só trocam de posições entre FIA e FEA. Há um rodízio. Se você olhar os nomes, entre a direção, presidência das fundações de um modo geral, e os cargos de importância, as funções públicas, são os mesmos. Eles fazem rodízio, mantêm tudo controlado. E aí os mais velhos já geraram, em geral, boa parte das grandes receitas. Eles tinham que

“Vou enunciar um princípio: você tem que premiar os docentes que prestaram bons serviços à FIA. Que são bons serviços? Overhead. Grana. Quanto mais grana você gerou, mais poderoso você é. E aí os mais velhos já geraram boa parte das grandes receitas. Eles tinham que ser premiados. São cargos, comissões, chefias”



ser premiados. Usam a coisa pública para dar “uns presentinhos” para quem fez tanto por nós. São cargos, comissões, chefias. Quem gosta de poder, você dá poder. Quem gosta de dinheiro, você dá dinheiro. Quem gosta dos dois, você dá os dois. Quem quer ser professor titular, você também dá. E assim vai. Eles criaram agora um conceito chamado “professor aposentável”.

Revista Adusp – “Aposentável”?

JS – “Aposentável”. Isso da boca do Chefe do Departamento. Que é um professor “aposentável”? É um professor que já tem o tempo para se aposentar, mas continua na ativa. Só que é um professor que já está sem gás, cansado, sofrido. Não tem tempo. Uma pessoa ocupada. Aula de graduação? “Eu já dei aula de graduação por 25, 30 anos. Que cus-

ta contratar um *sangue novo* — que tem gás, tem motivação, vai ser melhor avaliado do que eu pelos alunos — para lecionar no meu lugar? Vai ser até melhor para a universidade, porque os alunos vão gostar mais”. Só que a Constituição não gosta disso. Ele se esqueceu só desse detalhe: que é inconstitucional. Isso eu ouvi com esses ouvidos aqui, porque ele me chamou a uma reunião para me demover da idéia...

Revista Adusp – Ele quem?

JS – [O professor] Isak Kru-glianskas. Infelizmente o professor Isak incorreu em várias situações de pressão contra mim, promovendo reuniões-surpresa, me obrigando a participar de reuniões por convocação, me chamando para reuniões pessoais para me pressionar. Como não podem me ameaçar de demis-

são, querem que eu me enquadre. Disseram que serão bonzinhos comigo, se eu for bonzinho com eles. Isto é: se eu tiver boa avaliação dos alunos. Não quero, não sou empregado dos alunos, sou empregado do Estado, e não vou me enquadrar na linha de pesquisa deles. Porque eles têm a linha de pesquisa da FIA e eu tenho a linha de pesquisa da USP. Então eu vou optar pela USP, não pela deles. Logo não vou me enquadrar. Eu não sou “dador” de aulas e nem estou aqui para entreter ninguém. Outro fator que os deixou confusos foi o fato de que eu fui paraninfo em 2005. Eu não sou um “dador” de aulas, eu sou um educador.

O que é o “professor-bolsista”? Simplesmente é um professor que dá aula no lugar do professor “aposentável”; que recebe R\$ 500 pela FIA; e dá aula integral durante três anos. Só parou agora, porque eu abri a sindicância e agora estou abrindo processo administrativo. No processo de sindicância eles mostraram que havia irregularidades, mas não deram continuidade. Disseram o seguinte: “foi feito com boa-fé, porque faltava professor”. Naquela escola, o que não falta é professor. Posso provar matematicamente: não falta professor.

Revista Adusp – E não existe boa-fé. Ou é legal ou é ilegal.

JS – Isso. Não é ilegal, é inconstitucional. Ilegal é uma coisa, ir contra a Constituição é diferente de ser ilegal; é mais do que ilegal. A questão não é ter boa-fé ou não. Só que o diretor optou por arquivar o processo. A sindicância ele fez, só que o processo de sindicância foi uma piada. Três professores de fundações. O

próprio diretor é de fundação. Entrevistaram só o Chefe do Departamento, entrevistaram a mim e quatro alunos de graduação. Nenhum outro responsável foi convocado. Foi criada uma outra relação lá. É o “professor tutor” e o “professor-bolsista”. O que é o “professor tutor”? É o “aposentável”, que tem como escravo o professor-bolsista. Porque é trabalho escravo, eu configuro como trabalho escravo. Você tem um escravo que a FIA contrata para dar aula no seu lugar e aí você vira “professor tutor”.

“O curioso é que nenhum ‘professor tutor’ e nenhum ‘professor-bolsista’ depôs. Trabalhar de graça para o Estado, sem vínculo, de forma inconstitucional, é [ser] cúmplice. Durante três anos. E nenhum deles foi ouvido pela sindicância”

Revista Adusp – Eles ganham R\$ 500?

JS – Ganham 500 mangos pela FIA. Mas isso é dito, né? Não sei, nunca vi o contrato. O curioso é que nenhum “professor tutor” e nenhum “professor-bolsista” depôs. Trabalhar de graça para o Estado, sem vínculo empregatício, de forma inconstitucional, é cúmplice. Durante três anos. Não tem outro nome para isso. E nenhum deles foi ouvido pela sindicância. Então essa sin-

dicância foi uma palhaçada. Mais palhaçada ainda foi o diretor não ter dado prosseguimento ao processo administrativo. Outra pantomima. Eu só abri esse processo de sindicância porque já estava de paciência esgotada com todo mundo. Eu sendo impedido de trabalhar e outros na moleza, colocando outros para trabalhar no lugar deles.

Quero trabalhar, quero orientar, quero lecionar. Leciono cinco disciplinas de pós-graduação, em média, por ano. Fora as três de graduação. Leciono oito disciplinas por ano em média, porque quero. Publico internacionalmente, mais do que eles; faço pós-doutorado em escolas de excelência. Cumpro meu dever. Não estou me gabando. Estou querendo dizer que os professores deveriam fazer isso. Durante cinco anos eu fiz isso. Depois eles podaram. É um absurdo. Minha capacidade de orientação é dez pessoas e eu não consigo orientar. Não tem cabimento. A única coisa que eu quero é recuperar meus direitos de docente RDI-DP para cumprir os meus deveres de docente RDIDP. Eu fui impedido no ano passado de lecionar as disciplinas de pós-graduação.

Só que se esqueceram de um detalhe: também sou professor de pós-graduação da Economia, desde 2000. Atuo nas duas pós-graduações. Tenho uma disciplina de pós na Economia que consegui ministrar no começo do ano [2009], no primeiro semestre. Eles ficaram possessos. Só que ano que vem não vou conseguir, porque descobriram e agora estão me pedindo coisas que nunca foram exigidas: passar

por uma comissão, decidir se posso. Sendo que eu já sou credenciado. Vão me podar também na Economia. Já não me puseram para dar aulas na pós no ano que vem e não me atribuíram nenhum orientando esse ano. A questão não é gostar de mim ou não. Sou um servidor público estatutário. Tenho direito de cumprir os meus deveres. Não posso ser impedido. O fato é inconstitucional, escandaloso, convenhamos! Alguém tem que fazer alguma coisa. E são sempre os mesmos a perpetrar crimes — no caso, crimes contra a Constituição e retaliações no sentido de assédio moral.

Hoje estou entrando também com uma denúncia na Ouvidoria Geral da USP. Relatando por escrito tudo que relatei para vocês. Eu vou usar todos os meus direitos. E, se for o caso, até apelar para a esfera penal. Moral da história: quem manda na FEA são as fundações e RDIDP puro não é bem visto. É *persona non grata* lá. Não pode existir essa figura, de forma alguma, a não ser que a gente caia nessa situação penosa. O que é um dano para a universidade. Eu fico triste, não gostaria de estar nessa situação, mas, infelizmente, também não vou ceder a essas pressões, porque eu gosto do que faço. Pode parecer ingênuo, mas eu cumpro meu dever e gosto de cumprir o meu dever.

Revista Adusp – Quería que o sr. falasse um pouco mais sobre esse processo de contratação pela FIA, tão logo ingressou, ainda como professor auxiliar de ensino. O sr. disse que foi compelido unilateralmente pela FIA a prestar serviços.



“Você precisa ser ‘professor USP’ para ter sucesso. Que você faz? Monta seu negócio, sua barraquinha lá. Vai contratando gente da sua patota. Pegue as últimas contratações da FEA inteira, que foram mais de 30 nos últimos 3, 4 anos. Todos tinham relações com as fundações”

JS – Aconteceu há muito tempo. Eu me lembro de coisas isoladas. Mas psicologicamente me senti obrigado a participar dos projetos. Sem opção: “Você está aqui por causa disso, para ajudar nos projetos”. É mão-de-obra. Você não é só um professor: é relação patrão-empregado. É uma pressão

do grupo. Tanto que, quando eu fui parando de apoiar os projetos, fui sendo colocado na berlinda. Aprendi pelo oposto: ao tentar me desvencilhar, vi que isso ocupava muito tempo. Mental, físico, psicológico. Você deixa de cumprir os seus deveres: escrever artigos, preparar aulas, escrever livros etc. Vi que minha atividade não ia trazer nenhuma dissertação de mestrado. Quando entendi que isso ia me prejudicar, porque nem consegui fazer minha dissertação no tempo adequado... Tive que pedir prorrogação. Professor em RDIDP pedindo prorrogação para fazer dissertação? Foi um dos momentos mais terríveis. Entrei em depressão, literalmente. Falei: não. “Ponto final. Vou fazer o doutorado, saio do país por um ano, faço um pós-doutorado em algum lugar, aí volto. Respiro e penso”. Porque não quero uma vida assim. Não agüentava mais. Eu queria uma vida normal, regular. Você tem que pensar o seguinte: são pessoas inteligentes, sagazes, astutas. Eu não consigo entender essa lógica completamente. Eu estou contando fragmentos, porque não consigo pensar como eles. Quando você me pergunta isso, não sei exatamente como responder. Só sei as coisas factuais.

Revista Adusp – Como o sr. observa esse processo entre os professores que estão ingressando?

JS – Igual. Não mudou nada. O *modus operandi* é o mesmo.

Revista Adusp - Entrou, recruta.

JS – É um *modus operandi* que

é sucesso. É uma forma de contratar mão-de-obra. Você precisa ser “professor USP” para ter sucesso empresarial. Então o que você faz? Monta seu negócio, sua barraquinha lá. Vai contratando gente da sua patota. É só fazer uma estatística. Pegue as últimas contratações não só do Departamento, mas da FEA inteira, que foram mais de 30 recentemente, nos últimos três, quatro anos. Todos, posso dizer, tinham relações com as fundações antes de ser contratados como docentes. Todos. Na minha área foi assim, porque conheço minha área. Foram até meus alunos de graduação e eu sei contar a história exata de cada um. É o princípio do prêmio por bons serviços prestados. Como ele foi um bom rapaz, nos projetos, como técnico, você o leva a ser professor, porque ele ganha um status bom, e ele colabora com você nos projetos em um nível melhor. Divide mais as tarefas, potencializa mais o negócio. Negócio! Tem um conceito sendo formado lá dentro que é o da universidade mercantil. Vocês devem ter ouvido falar desse conceito.

Revista Adusp – Não.

JS – É um conceito novo, que já existe nas escolas privadas. Que é uma escola mercantil? É um lugar que vende diplomas. É venda de diplomas. Não vou citar nomes de outras instituições, mas a FEA/FIA está adotando um método de criar o quê? Por isso eles me cobram para eu ser um melhor professor. A lógica é a de que eu tenho que ser popular entre os alunos. Ser bom professor no sentido de ser

bem avaliado, para que não falem mal da escola; para que a reputação da escola melhore; para que venda mais projetos. Se sou um “mau professor” do tipo: dou aula, cobro, reprove, não vai fazer sentido. Porque a escola é boa, todo mundo dá boa aula, todo mundo agrada a todo mundo, todo mundo é bem avaliado! “Eu vendo vários projetos, falam bem de mim!”. A escola mercantil é um lugar onde você só tem “dadores” de aula e o facilitar o diploma. Universidade mercantil é o que eles querem criar lá dentro. Por que convém? Porque você precisa sempre estar de olho no *ranking* dos seus competidores: FGV etc. Você precisa estar com a reputação lá em cima para que, na hora em que o indivíduo decida por você, vá pagar para se inscrever, ele tenha um motivo para escolher você e não o outro.

Revista Adusp – Aquela previdência ainda existe? [N.R. O fundo de previdência privada da FIA chegou a acumular R\$ 13 milhões em 1999. Os aplicadores eram 53 “coordenadores de projeto” (docentes) e 168 funcionários da fundação. *Revista Adusp* 22, p. 82-83.]

JS – Ah! Você se lembrou de uma coisa de que eu tinha me esquecido. Patético também. Eles contrataram uma empresa de seguros grande. O que é que fizeram na época? Isso foi em 1998, talvez 1997. Eles perceberam que a FIA estava crescendo e que havia um excedente. Então quiseram pegar esse excedente de dinheiro e aplicar. O problema: como aplicar? Simples: “Vamos capitalizar

esse dinheiro por meio de plano privado”. Fizeram um rateio. Cada professor tinha que fazer uma entrada, em função do que já contribuiu, o que gerou de *overhead*, receitas. Fizeram as contas. Fizeram o *ranking* e na época eu era coordenador de projetos. A mim foi atribuída uma parcela para entrar no projeto. Era entrar, mas o dinheiro já estava lá. O problema era quanto cada professor teria do bolo que já existia para iniciar o negócio.

Eu abri mão. Fui o único professor que abriu mão. Sabe quando cheira mal? Eu não sabia ainda o que era aquilo, mas cheirou mal. Aí vem um professor, desses poderosos, inquirir: “Você vai abrir mão de R\$ 10 mil? Por que você vai abrir mão?”. Falei: “Porque eu quero. Não sou obrigado a entrar nesse negócio. Não concordo, tem algo de errado”. Não acompanhei mais, só lembro que depois o negócio não deu certo. Era uma coisa muito suspeita. O assunto morreu, já faz dez anos. É como se não tivesse existido. Minha opinião: viram que era ilegal, que tinha alguma coisa muito séria, grave, e mataram o caso. As causas eu não sei. Só garanto que mataram, sepultaram e esqueceram. Como se nunca tivesse existido esse dinheiro. Alguém precisaria averiguar.

Revista Adusp – Existe um processo seu contra a USP, por assédio moral?

JS – Não, mas estou decidido a solicitar abertura de sindicância por assédio moral. Esse seria o meu próximo passo.